

## 3 MODELOS

### 3.1 MODELOS DE RELATÓRIOS

Os relatórios têm por objetivo permitir aos órgãos de condução e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhe assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se controlar a situação e minimizar os seus efeitos. Trata-se de documentos onde se regista informação (danos, infraestruturas atingidas, meios necessários, feridos ou vítimas mortais) sobre a ocorrência (acidente grave ou catástrofe) verificada no concelho, ou a sua evolução após a intervenção dos agentes da proteção civil. Dessa forma, e mediante o decorrer da situação, é possível, após análise dos relatórios, difundir para os agentes que se encontram no terreno, instruções que permitam controlar a situação o mais rapidamente possível. Neste âmbito existem quatro tipos de relatórios:

- Relatório Imediato de Situação – agrega os dados fulcrais à avaliação da situação pela estrutura de comando (PCMun) e têm origem nas ERAS e/ou EAT.. Estes devem ser transmitidos, numa fase inicial da ocorrência, por uma via de comunicação rápida, atendendo às circunstâncias, sendo por esse motivo normalmente transmitido verbalmente;
- Relatório da Situação Geral – pode ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou Sistema de Proteção Civil e destina-se aos escalões imediatamente superiores. Este pode ser periódico, com horário previamente estabelecido, ou solicitado pelas entidades com competência para tal, sendo por esse motivo transmitido por escrito. Em condições excecionais poderá ser transmitido verbalmente, exigindo, contudo, que seja passado a escrito a curto prazo;
- Relatório de Situação Especial – é solicitado pelo Presidente da CMPC a qualquer agente de proteção civil, de forma ao esclarecimento de determinados pontos específicos ou setoriais da situação. Este tipo de relatório, à semelhança do relatório de Situação Geral, deve ser elaborado durante a evolução da ocorrência, embora não exija a passagem a escrito;
- Relatório Final – este deve ser elaborado pelo Presidente da CMPC, após a desativação do plano, e devem conter uma descrição da situação de emergência e das principais ações efetuadas, referir quais os aspetos a melhorar na próxima ocorrência do género.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os modelos de Relatórios de Situação (Modelo 1) e de Relatório Final (Modelo 2).

### 3.1.1 RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)



**RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)  
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA  
ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT**

LOCALIZAÇÃO	
Distrito:	Lisboa
Município:	Cadaval
N.º Relatório:	
Data:	
Hora:	

1. OCORRÊNCIA	
Natureza:	
Localização:	
Área Afetada:	

2. DANOS PESSOAIS			
Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

3. DANOS NO EDIFICADOS/INFRAESTRUTURAS			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsos
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Quartel de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

<b>4. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO</b>			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Outros: _____			

<b>5. DANOS EM TRANSPORTES</b>			
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			

<b>6. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS</b>			
Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Outros: _____			

<b>7. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	
Povoações em perigo / isoladas	
Habitacões em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	

8. NECESSIDADES	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras: -----	

9. COMENTÁRIOS FINAIS

10. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
Data / hora	
Assinatura do Responsável	

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)



### 3.1.2 RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL OU ESPECIAL (RELGER OU RELESP)

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)







**RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)  
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA  
ENVIO REGULAR (6 EM 6 HORAS)**

LOCALIZAÇÃO	
Distrito:	Lisboa
Município:	Cadaval
N.º Relatório:	
Data:	
Hora:	

1. OCORRÊNCIA	
Natureza:	
Localização:	
Área Afetada:	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3. DANOS PESSOAIS			
Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

4. DANOS NO EDIFICADOS/INFRAESTRUTURAS			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsos
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Quartel de Bombeiros			

Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

#### 5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Outros: _____			

#### 6. DANOS EM TRANSPORTES

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			

#### 7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Outros: _____			

#### 8. SITUAÇÃO OPERACIONAL

Agentes de Proteção Civil	Humanos	Veículos	Outros
Corpos de Bombeiros			
Forças de Segurança			
Forças Armadas			
INEM			
Sapadores Florestais			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

9. ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES (TO)	
Localização do PCO	
Localização de ZCR	
Localização de ZCAP	
Localização de ZrnM	
N.º de Setores e Localização	
Identificação dos Comandantes de Setores	

10. OUTRAS INFORMAÇÕES	
Povoações em perigo / isoladas	
Habitacões em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	
Resumo das ocorrências	
Outras: -----	
Outras: -----	
Outras: -----	

11. NECESSIDADES	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras: -----	
Outras: -----	

12. COMENTÁRIOS FINAIS

13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
Data / hora	
Assinatura do Responsável	

### 3.1.3 RELATÓRIO DIÁRIOS DE SITUAÇÃO (REDIS)

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)





**RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS)  
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA  
ENVIO DIÁRIO (ÀS 22 HORAS DE CADA DIA)**

LOCALIZAÇÃO	
Distrito:	Lisboa
Município:	Cadaval
N.º Relatório:	
Data:	
Hora:	

1. OCORRÊNCIA	
Natureza:	
Localização:	
Área Afetada:	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3. DANOS PESSOAIS			
Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

4. DANOS NO EDIFICADOS/INFRAESTRUTURAS			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsos
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Quartel de Bombeiros			

Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

#### 5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Outros: _____			

#### 6. DANOS EM TRANSPORTES

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovíários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			

#### 7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Outros: _____			

#### 8. ABASTECIMENTOS (ALIMENTAÇÃO, COMBUSTÍVEIS, VESTUÁRIO, ETC.)

--



**9. AMBIENTE (ACIDENTES DE POLUIÇÃO, DERRAMES, CONTAMINAÇÕES, ETC.)**

--

**10. SAÚDE PÚBLICA**

Hospital / Centro de Saúde

Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

Posto médico avançado / de triagem / de socorro

Estrutura / Local	Atendidos	Internados	Transferidos

Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte

Evacuação médica especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Outros



**13. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO**

**13.1. AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL**

**13.2. ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO**

**14. REDES DE COMUNICAÇÕES**

**14.1. AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL**

**14.2. ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO**

**15. COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Divulgação de notícias da situação de emergência:

Colaboração nas ações de informação pública

16. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO	
Designação	Custo (€)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações (especificar)	
Outros encargos operacionais: _____	
Outros encargos operacionais: _____	

17. OBSERVAÇÕES	
Avaliação	Observações
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema e aviso e alerta	
Sistema de Proteção Civil	
Ativação da CMPC	
Ativação do PMEPC	
Situação do PMEPC	
Informação Pública	
Necessidade de programas de reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros: _____	
Outros: _____	

18. OUTROS COMENTÁRIOS

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
Data / Hora	
Assinatura do Responsável	

### 3.1.4 RELATÓRIO FINAL

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)





## RELATÓRIO FINAL DA EMERGÊNCIA

LOCALIZAÇÃO	
Distrito:	Lisboa
Município:	Cadaval
N.º Relatório:	
Data:	
Hora:	

1. OCORRÊNCIA	
Natureza:	
Localização:	
Área Afetada:	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
Causa	Observações
Incêndios florestais	
Nevões	
Ondas de Calor	
Vagas de Frio	
Secas	
Cheias e/ou Inundações	
Movimentos de Massa em Vertentes	
Acidentes Rodoviários	
Acidentes Ferroviários	
Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas	
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos	
Incêndios Urbanos	
Colapso de Túneis, Pontes e Infraestruturas	
Outra _____	

<b>3. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES</b>			
Entidade	N.º de Operacionais	N.º de Veículos	Outros meios
<b>TOTAL</b>			

<b>4. EFICÁCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA</b>			
Entidade	Eficácia		
	Boa	Satisfatória	Pouco Eficiente

<b>5. POSTO DE COMANDO MUNICIPAL</b>			
Localização do PCMun			
Apoio técnico no PCMun	Entidade	Meios	
Responsável pelo PCMun	Entidade	Nome	



<b>6. DANOS HUMANOS</b>			
População	Feridos Ligeiros	Feridos Graves	Mortos
Criança (0-12 anos)			
Jovem (12-18 anos)			
Adulto (18-65 anos)			
Idoso (> 65 anos)			

<b>7. DANOS NO EDIFICADOS/INFRAESTRUTURAS</b>			
Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsos
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Quartel de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

<b>8. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO</b>			
Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Outros: _____			

<b>9. DANOS EM TRANSPORTES</b>			
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Feroviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outros: _____			

<b>10. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS</b>			
Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Outros: _____			

<b>11. DANOS AMBIENTAIS</b>			
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, n.º)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços florestais			
Fauna			
Flora			
Outros: _____			
Outros: _____			

<b>12. ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO</b>			
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por
Assistência Médica			
Evacuação médica			
Centros de Saúde			
Postos de Socorro			
Postos de Triagem			
Alimentação / água			
Abrigos			
Alojamento			
Vestuário e agasalhos			
Apoio psicológico			
Apoio Social			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

<b>13. REALOJAMENTO</b>			
Local de Realojamento	Número	Local de Realojamento	Número
<b>TOTAL</b>		<b>TOTAL</b>	

<b>14. APRECIÇÃO GLOBAL DAS OPERAÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO</b>			
Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação institucional			
Comando Operacional			
Articulação entre agentes e entidades			
Integração de grupos de reforço e assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da informação			
Evacuações			
Ordem pública			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

<b>15. AÇÕES DE REABILITAÇÃO</b>
Realizadas (breve descrição)



## 3.2 MODELOS DE REQUISIÇÃO

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo. Neste capítulo apresenta-se o modelo de requisição a aplicar em situações de acidente grave ou catástrofe, destinadas a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo tais como alimentos, medicamentos, agasalhos, alojamento, material sanitário, água, energia e combustíveis, por exemplo.

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)





## MODELO DE REQUISIÇÃO

1. ENTIDADE REQUISITANTE	
Identificação	Data (DDMMAAAA)

2. PRODUTO / EQUIPAMENTO / SERVIÇO		
Especificação	Código	Quantidade solicitada

3. FINALIDADE DA REQUISIÇÃO

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL	
Data / Hora	
Assinatura do Responsável	

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)





### 3.3 MODELOS DE COMUNICAÇÃO

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados na Parte II (Ponto 4.5. Informação Pública).

No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)





## MODELO DE AVISO À POPULAÇÃO

1. NATUREZA DA OCORRÊNCIA		
Localização Espacial	Localização Temporal	Causas Associadas

2. EFEITOS DA OCORRÊNCIA

3. MEIOS EMPENHADOS NO TERRENO	
Operacionais	Materiais

4. ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO		
Medidas de Auto-proteção	Regras de Evacuação	Outras

### 5. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

--

### 6. PRÓXIMO COMUNICADO

Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)	
--------------------------------	--

### 7. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)	
Assinatura do Responsável	



## MODELO DE COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

COMUNICADO N.º _____			
Data (DDMMAAAA)		Hora (HHMM)	

2. EFEITOS DA OCORRÊNCIA
<p>Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado).</p> <p>Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais).</p> <p>Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito).</p> <p>Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP).</p> <p>Recomenda-se à população especial atenção às medidas de auto-proteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.</p>

6. PRÓXIMO COMUNICADO		
<table border="1"> <tr> <td>Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)</td> <td></td> </tr> </table>	Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)	
Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)		

7. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL				
<table border="1"> <tr> <td>Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Assinatura do Responsável</td> <td></td> </tr> </table>	Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)		Assinatura do Responsável	
Data / Hora (DDMMAAAA/HHMM)				
Assinatura do Responsável				

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)



## 4 LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

Tabela 30 - Lista de distribuição

<b>Serviços de Proteção Civil</b>
Câmara Municipal do Cadaval;
Freguesias do Concelho do Cadaval;
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa;
Câmara Municipal de Rio Maior;
Câmara Municipal de Bombarral;
Câmara Municipal da Caldas da Rainha;
Câmara Municipal de Torres Vedras;
<b>Comissão Municipal de Proteção Civil do Cadaval</b>
Corpo de Bombeiros Voluntários do Cadaval;
Guarda Nacional Republicana;
Autoridade de Saúde do Município;
Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul;
Serviço Local de Segurança Social;
Juntas de Freguesia do concelho;
EDP Distribuição - Energia S.A;
Corpo Nacional de Escutas – Representante dos Agrupamentos do concelho.
<b>Agentes de Proteção Civil</b>
Sapadores Florestais;
Instituto Nacional de Emergência Médica;
Autoridade Nacional da Aviação Civil;
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Cadaval
<b>Organismos e Entidade de Apoio</b>
Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros (EDCB);

Infraestruturas de Portugal, IP.;
REN – Gasodutos, S.A.;
Tagusgás, S.A.;
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
Instituições Particulares de Solidariedade Social



## ANEXO II – PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS E PARA A GARANTIA DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

(Esta página foi deliberadamente deixada em branco)



## Estratégias para a mitigação de riscos

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes face aos riscos predominantes neste território, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem, por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado.

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por agentes de proteção civil e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no Ponto 5.1 incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

## Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de proteção civil, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;

- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como à manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- A promoção da realização de exercícios nos diferentes níveis;
- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais, municipais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis);
- Assegurar mecanismos de informação e formação da população concelhia, com vista à sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades. No Ponto 3.3 da Parte III do PMEPC do Cadaval encontra-se organizado o tipo de informação a fazer chegar à população, consoante o tipo de evento associado à situação de acidente grave ou catástrofe. Assim neste âmbito deverão:
  - Realizar campanhas de sensibilização e formação em escolas e lares;
  - Disponibilizar material informativo e pedagógico no sítio de internet da Câmara Municipal e outros meios de comunicação oficiais;
  - Distribuir folhetos informativos e cartazes com medidas de autoproteção em espaços públicos;
  - Realizar sessões de esclarecimento e sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas.
- Adquirir equipamentos de apoio (por exemplo para estabilização de infraestruturas e de apoio à remoção de pessoas dos escombros);
- Manter atualizados os inventários de meios materiais e humanos que poderão ser acionados em caso de emergência;
- Avaliar os meios humanos disponíveis para operar maquinaria no concelho, de modo a garantir que em qualquer altura do ano (ou dia) se encontram disponíveis operadores para desenvolver ações de emergência (considerar tanto funcionários públicos como privados);
- Garantir a atualização das bases de dados de ocorrências e dos pontos potenciais de perigo para uma permanente análise e avaliação dos níveis de risco e das áreas suscetíveis;
- Demolir ou recuperar edifícios em risco de derrocada;
- Estabilizar encostas e vertentes que confinem com vias de circulação e povoações;

- Fiscalizar o cumprimento dos diplomas legais, normas e regulamentos que enquadram atividades humanas para as quais está associado algum tipo de risco de acidente ou catástrofe;
- Garantir a existência e o funcionamento de canais de comunicação adequados a utilizar na divulgação em tempo útil de mensagens de aviso à população, de modo a acautelar a tomada de medidas de autoproteção.
- Maximizar a eficiência das ações de socorro promovendo a realização de Planos de Emergência concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis), bem como a sua contínua atualização;
- Planear, elaborar ou atualizar os procedimentos operacionais a adotar face a ocorrência de situações de emergência específicas (Planos Especiais de Emergência, etc.);
- Realizar exercícios (tipo *Comand Post Exercise ou Live Exercise*) para testar a totalidade ou apenas parte do PMEPC do Cadaval, nomeadamente os tempos de mobilização de meios, tempos de deslocação, avaliação da eficiência da coordenação das várias entidades envolvidas e dos sistemas de comunicações; proceder à elaboração do respetivo relatório de avaliação;
- Realizar protocolos com entidades que poderão disponibilizar meios em caso de ativação do PMEPC do Cadaval, de modo a facilitar o acesso aos mesmos, bem como garantir um custo reduzido (maquinaria, meios para apoio à população, combustíveis, etc.);
- Garantir a articulação com os Instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- Verter para o ordenamento do território informação relativa à análise de riscos (por exemplo, condicionar a construção em locais identificados como contendo suscetibilidade elevada de movimentos de massa ou de cheias e inundações), assim como, zonas de importância operacional definidas no PMEPC do Cadaval, para que estas possam ser consideradas como condicionantes em futuros processos de ordenamento do território.
- Informar a Autoridade de Saúde municipal e o Centro Hospitalar da área de influência, caso alguma povoação se encontre com acesso condicionado, para que as unidades de saúde possam prolongar (mediante as disponibilidades) a estadia de doentes com alta, ou alternativamente encaminhá-los para abrigos temporários, em coordenação com a Câmara Municipal.

### Estratégias específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e

especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território nacional, bem como indicar os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Na tabela seguinte identifica-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

Tabela 31 - Estratégias para mitigação de riscos

Risco	Medidas	Entidade Responsável
Ondas de calor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção de informação atual, da população vulnerável;</li> <li>Realizar ações de informação pública e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção a adotar.</li> </ul>	SMPC / Serviços de Ação Social
Ondas de frio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção de informação atual, da população vulnerável;</li> <li>Realizar ações de informação pública e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção a adotar.</li> </ul>	SMPC / Serviços de Ação Social
Ciclones e Tempestades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar de forma contínua o sistema de monitorização de ciclones e tempestades em parceria com a entidade competente, IPMA;</li> <li>Realizar ações de informação pública e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção a adotar.</li> </ul>	SMPC
Cheias e Inundações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetuar vigilância regular nos troços de estradas situados em zonas inundáveis, os quais devem ser interditos à circulação na fase de início da cheia/inundação;</li> <li>Inspeção e levantamento de riscos das linhas de água, com particular incidência nas passagens hidráulicas, para eventual limpeza e desobstrução;</li> <li>Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de aviso;</li> <li>Instalação de sinalética adequada para as vias sujeitas a cheias ou inundações.</li> </ul>	SMPC
Sismos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de exercícios de simulação do PMEPC;</li> <li>Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos;</li> <li>Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo.</li> </ul>	SMPC
Movimentos de massas em vertentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes, em especial nas áreas urbanas;</li> <li>Promover uma “consciência preventiva do risco” entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização</li> </ul>	SMPC

	de coexistência com a dinâmica do meio físico, em particular no que respeita aos movimentos de massa em vertentes;	
Colapso de cavidades subterrâneas naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de uma base de dados atualizada, com a localização das cavidades subterrâneas identificadas;</li> <li>• Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de Colapso.</li> </ul>	SMPC
Acidentes graves de tráfego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes, diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas;</li> <li>• Melhoramento da Sinalização existente.</li> </ul>	SMPC / Sinalização e Trânsito
Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas;</li> <li>• Interdição à circulação, em algumas vias, e períodos, para veículos que transportam matérias perigosas.</li> </ul>	SMPC / Sinalização e Trânsito
Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inspeções e visitas aos edifícios com sinais de degradação visíveis;</li> <li>• Monitorização periódica de cada uma das infraestruturas e demolições sempre que se justifique.</li> </ul>	SMPC
Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a atualização da informação relativa às infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos (gasodutos e oleodutos) existentes no Concelho;</li> <li>• Realizar exercícios relativos a esta tipologia de acidentes.</li> </ul>	SMPC
Acidentes em parques industriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar ações de informação e sensibilização sobre medidas de autoproteção a adotar;</li> <li>• Realização de vistorias a indústrias de maior risco.</li> </ul>	SMPC
Acidentes em instalações de combustíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio na elaboração dos planos de emergência internos;</li> <li>• Apoio na realização de exercícios de teste dos Planos de Emergência Internos.</li> </ul>	SMPC
Incêndios em edifícios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a realização de exercícios relativos a estratégias de evacuação e combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) localizados em centros históricos;</li> <li>• Realizar ações de informação pública e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção a adotar.</li> </ul>	SMPC
Incêndios Florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização / Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;</li> <li>• Realização de ações de informação pública e sensibilização da população sobre medidas de autoproteção a adotar;</li> <li>• Planeamento e gestão da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis;</li> <li>• Manutenção e beneficiação da rede de Pontos de água.</li> </ul>	GTF

## Programa para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano

Os PMEPC devem ser testados com regularidade, através de exercícios que simulem as potenciais situações de emergência, para garantir a sua operacionalidade e ajuste à realidade do território concelhio.

Assim, de forma a garantir a permanente operacionalidade do PMEPC do Cadaval, devem ser desenvolvidos exercícios-tipo que visam, segundo o objetivo para o qual estão direcionados, melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de acidente grave ou catástrofe de origem natural, tecnológica ou mista, testando comunicações, procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adoção de medidas corretivas e/ou preventivas. As ações corretivas podem levar a alterações no PMEPC do Cadaval, procedimentos, equipamentos, instalações e formação, que são novamente testados durante os exercícios subsequentes.

O tipo de exercícios a desenvolver podem ser agrupados em dois tipos:

- LivEx2 [Exercícios com meios no terreno] - é um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno com meios humanos e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.
- CPX3 [Exercícios de posto de comando] - é um exercício específico realizado em contexto de sala de operações para pessoal de direção, coordenação e comando, permitindo exercitar o planeamento e condução de missões e treinar a capacidade de decisão dos participantes. Tem como principais objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

A seleção e calendarização de exercícios de emergência constituem uma das principais responsabilidades da CMPC. Deste modo, serão realizados exercícios de teste ao PMEPC do Cadaval com uma periodicidade máxima de 2 anos (uma vez a cada dois anos), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio. Os exercícios serão alternadamente do tipo LivEx ou CPX e poderão envolver o teste da totalidade ou apenas de parte do PMEPCS.

No entanto, sem prejuízo do disposto, poderão ser realizados outros exercícios e simulacros, que se considerem pertinentes. A seleção do tipo de exercício a efetuar deverá ter em consideração os principais riscos identificados para o concelho, assim como, os meios materiais e humanos cuja eficiência e eficácia se pretendem testar.